

Orientações gerais para peticionamento eletrônico

As orientações a seguir visam auxiliar o jurisdicionado a realizar o peticionamento eletrônico por pessoa física no sistema E-SAJ vinculado ao Juizado Especial Cível Estadual. O presente instrumento não tem caráter vinculativo, mas serve de norteador para que o jurisdicionado possa exercer plenamente o seu direito de petição, constitucionalmente previsto.

Importante mencionar que, para a realização do peticionamento eletrônico, o interessado deverá possuir certificado digital emitido por uma autoridade certificadora oficial, vinculada à Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, conforme previsão na Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e orientação sobre peticionamento disponível em <http://www.tjms.jus.br/legislacao/visualizar.php?lei=29013>.

No Anexo I deste documento constarão alguns modelos de petições que poderão servir de base para ajuizamento da sua ação.

Caso não se sinta apto para elaborar a petição eletrônica, o cidadão poderá buscar o auxílio de advogado particular, de Defensor Público ou dirigir-se diretamente ao Juizado Especial Cível da sua cidade, levando cópia de todos os documentos indispensáveis à propositura da ação.

1) Antes de realizar o peticionamento eletrônico é indicado que a parte autora leia atentamente a Lei nº. 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito nacional, bem como a Lei Estadual nº. 1.071/1990, que trata do mesmo objeto, mas em caráter supletivo. Por sua vez, na hipótese de se tratar de demanda a ser ajuizada em face de ente público, acresça a leitura da Lei Federal nº 12.153/2009, que dispõe sobre a criação e funcionamento dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, para que fique informada sobre os Juizados Especiais.

2) Providenciar o *token* com certificado digital em nome da parte autora. Conferir se o computador pelo qual será feito o peticionamento eletrônico é compatível com o Portal de Serviços e-SAJ e possui todos os programas necessários para realização do peticionamento.

3) Acessar a página do Tribunal de Justiça (www.tjms.jus.br) no link "Peticionamento Eletrônico de 1º Grau".

4) Conferir todos os dados das partes, autora e ré, ao realizar o cadastro da peça inicial e salvar a petição inicial e dos documentos em modelo PDF para ser aceita pelo sistema.

5) Ao elaborar a petição inicial o jurisdicionado deve atentar-se para os seguintes requisitos:

a) **COMPETÊNCIA:** Antes de ajuizar a ação a parte autora deverá atentar-se para o

rol de competência do Juizado Especial Cível elencado nos artigos 3º e 4º da Lei nº. 9.099/95.

b) QUALIFICAÇÃO DAS PARTES:

b.1) Legitimidade: Antes de ajuizar a ação a parte autora deverá observar se autor e réu podem ser partes em processo perante o Juizado Especial Cível, conforme previsão do artigo 8º da Lei nº. 9.099/95. 2

b.2) No início da petição inicial o autor deverá preencher os dados completos de ambas as partes, autor e réu, contendo as seguintes informações:

“(Nome completo); (Nacionalidade); (Estado Civil); (Profissão); (Filiação); portador da Carteira de Identificação nº. *, órgão expedidor *, data de expedição *, inscrito no CPF sob o nº. *, residente e domiciliado na (Rua/Avenida, número da residência/do condomínio/do apartamento, nome do condomínio, Bairro, CEP, Cidade, Estado), com o telefone para contato nº. * e com o endereço eletrônico (e-mail).”

c) FATOS: Neste tópico da petição inicial, o autor deverá:

c.1) Relatar detalhadamente quais são os fatos que levaram o requerente a ajuizar a presente demanda. Exemplo:

“Em (dia/mês/ano), por volta das *horas, a parte requerente estava parada/dirigia o veículo *, da marca *, placa *. , no local *, na cidade de *, conduzido por * e de propriedade de *.

O acidente de trânsito ocorreu da seguinte forma *(relatar a dinâmica do acidente; as partes e os veículos envolvidos; o que ocasionou o acidente; se houve vítima; quem foi o culpado pelo acidente e por quê; o cenário do acidente: a velocidade dos veículos, a iluminação da via pública, as condições meteorológicas, a sinalização de trânsito).

Também envolveu-se no acidente as pessoas (colocar o nome de todas as pessoas envolvidas) e os veículos (descrever todos os veículos envolvidos no acidente).”

Informar se houve acompanhamento policial (boletim de ocorrência ou outros), se alguma das partes tem seguro, se tentou entrar em contato com o requerido para resolver a questão amigavelmente.

c.2) Descrever quais foram os danos materiais (Ex: danos no veículo, despesas médicas, lucros cessantes, etc.) e quem suportou o prejuízo. Exemplo:

“O valor dos danos materiais foi de R\$ * conforme comprova os documentos (orçamento/recibo) nº *, feito pela empresa *, na data de *.

Diante disso, a parte requerente pleiteia ser reparada no valor total de R\$ *, de forma a restabelecer o seu patrimônio.”

Indicar as provas com que o requerente pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados (testemunhas que presenciaram o acidente; documentos, laudo pericial, etc.).

d) DIREITO: O capítulo da peça inicial que trata sobre o “Direito” é facultativo. Caso opte por colocar, o autor deverá indicar as normas que entende que foram violadas e por qual motivo.

e) PEDIDO – No final do documento, a parte autora deverá:

e.1) requerer a procedência do(s) pedido(s) inicial (is), a citação do réu e indicar quais provas pretende produzir para comprovar o seu direito;

e.2) indicar precisamente qual é o seu pedido, ou seja, o que pretende com o ajuizamento da ação judicial (ex: que o requerido pague o valor de R\$ 10.000,00 a título de indenização por danos materiais para conserto do veículo);

e.3) atribuir um valor à causa, em conformidade com o valor máximo de 20 (quarenta) vezes o salário mínimo, sem assistência de advogado. O ajuizamento da ação no Juizado Especial Cível Estadual importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido na Lei, excetuada a hipótese de conciliação;

e.4) colocar a data do peticionamento, a cidade e o Estado do ajuizamento da ação e a assinatura da parte requerente, que poderá ser eletrônica.

6) DOCUMENTOS ESSENCIAIS QUE DEVERÃO ACOMPANHAR A PETIÇÃO INICIAL: cópia do documento de identificação da parte autora, comprovante de endereço, cópia de todos os documentos pelos quais o autor pretende comprovar o seu direito.